

Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador

*Carlos Fico**

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a violência é uma das principais chaves analíticas dos chamados “eventos traumáticos” do século XX e do fato de que a ditadura militar argentina (1976-1983) foi extremamente violenta, o artigo sustenta que, embora a ditadura militar brasileira também tenha sido muito repressiva, a noção de frustração, antes que a de violência, é a mais adequada ao seu entendimento. Tais questões, inevitavelmente, remetem às dificuldades vivenciadas pelo historiador em sua relação com os temas tabu, sensíveis ou traumáticos, para as quais o artigo apresenta, ao final, uma proposta de equacionamento.

Palavras-chave: eventos traumáticos; ditadura militar; violência; frustração; América Latina.

ABSTRACT

Violence is one the main analytical keys for the so called “traumatic events” in the 20th century which include the extremely violent military dictatorship in Argentina (1976-1983). From this premise, this article argues that although Brazil’s military dictatorship was also very repressive, the notion of frustration, rather than violence, is the most adequate to understand the process. These questions necessarily evoke the difficulties historians experience regarding subjects that are taboo, sensitive or traumatic. The article concludes with a proposal on how to solve these difficulties.

Keywords: traumatic events; military dictatorship; violence, frustration; Latin America.

Violência. Esta é uma das principais chaves analíticas para os que abordam o nazismo, as ditaduras militares da América Latina e os genocídios do século XX. A partir da consideração da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto como episódios emblemáticos, outros eventos traumáticos têm sido analisados segundo esse referencial. Em conformidade com tal perspectiva, o último regime militar argentino (1976-1983), extremamente violento, tem servido como referência para a análise das demais ditaduras militares latino-americanas, como a brasileira (1964-1985), que, no entanto, foi menos violenta. A partir da discussão dessas questões, pretendo sustentar que, embora a ditadura militar brasileira também tenha sido muito repressiva, a noção de frustração, antes que a de violência, é a mais adequada ao seu entendimento. Tais questões, inevitavelmente, remetem às dificuldades vivenciadas pelo historiador em sua relação com os temas tabu, sensíveis ou traumáticos, para as quais apresentarei, ao final, uma proposta de equacionamento.

A consideração da violência como um aspecto marcante ou um “denominador comum” do século XX surgiu logo no seu início, como uma previsão,¹ mas foi o Holocausto que chamou centralmente a atenção para o problema. O tema já foi extensivamente tratado e não é preciso retomá-lo. O que desejaria destacar é que a percepção do Holocausto como um “índice” do século XX e do fracasso do iluminismo o tornaram uma espécie de “*metáfora de otras historias traumáticas*”, como diz o estudioso de literatura, Andreas Huyssen.² Nesse sentido, haveria algo em comum, sobretudo, entre processos históricos posteriores a eventos traumáticos de países que viveram totalitarismos, ditaduras militares, o *apartheid* da África do Sul e as políticas genocidas de Ruanda, Bósnia e Kosovo, entre outros. Henry Rousso destaca que o contexto do final do século XX teria estabelecido uma correlação entre fenômenos como a queda do muro de Berlim, a incriminação de antigos chefes da polícia política alemã nos anos 1990, o julgamento na França de crimes da Segunda Guerra Mundial e a derrubada de ditaduras militares latino-americanas: eles integrariam um momento que seria possível comparar.³ Dominick LaCapra entende que a pesquisa sobre o Holocausto não está “*narrowly confined*” ao genocídio nazista, na medida em que haveria “*significant and mutually informative relations*” entre o massacre perpetrado pelo nazismo e outros genocídios ou eventos-limite.⁴ Mas ele chama a atenção para a dificuldade de tratar em conjunto as tragédias de indivíduos em situações diferentes, porque seria preciso considerar as especificidades nacionais e evitar um discurso genérico sobre perdas.⁵ Para a professora argentina de literatura, Beatriz Sarlo, os debates sobre o Holocausto e a transição democrática no sul da América

¹ ARENDT, Hannah. *On violence*. Nova York: Brace & World, 1970. p. 3.

² HUYSSSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 17.

³ ROUSSO, Henry. El duelo es imposible y necesario. *Puentes*, p. 30, dez. 2000.

⁴ LACAPRA, Dominick. *History in transit: experience, identity, critical theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004. p. 269.

⁵ LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. *Critical Inquiry*, v. 25, n. 4, p. 698, Summer 1999.

Latina se entrelaçaram nos meados dos anos 1980, mas quem o aceita como modelo estaria mais interessado em denunciar a violência do que em detectar especificidades nacionais.⁶

Frequentemente, a historiografia posterior a eventos traumáticos assume um tom condenatório, consequência da compreensível tendência que todos temos de condenar o mal. Muitos de nós somos chamados a nos posicionar, como historiadores, em artigos jornalísticos nos quais expressamos essa propensão.⁷ A conexão da história do tempo presente com a política manifesta-se, nessas ocasiões, de forma contundente.⁸ Porém, quando se trata da produção de conhecimento histórico, a condenação do mal é quase um truísmo. Essa tendência ético-moral e política, irresistível quando abordamos os eventos traumáticos do século XX, pode comprometer nossa prática. Espero, até o fim deste artigo, deixar clara minha posição (que não descuida da solidariedade com as vítimas de qualquer violência), segundo a qual os comprometimentos políticos, éticos e morais que cercam a atuação profissional dos historiadores que lidamos com a violência não devem encobrir a necessidade de distanciamento histórico — não no sentido de um objetivismo referido a pretensões de neutralidade, mas tendo em vista um esforço de objetividade que precisa ser revalorizado.

Um dos riscos da tendência mencionada é a adesão acrítica a prefigurações discursivas generalizadoras, que, no esforço de construir enredos concernentes à lógica da violência, não apenas descuidam das especificidades e evidências empíricas, mas também produzem explicações ingênuas ou simplistas. Não é incomum o esquema explicativo segundo o qual regimes violentos geram medo, que leva à apatia dos movimentos sociais e bloqueia uma pretendida oposição, desestimulando protestos.⁹ Um exemplo dessa perspectiva encontra-se nos autores que adotam a noção de “sociedade do medo”. Para eles, a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai experimentaram, entre os anos 1960 e 1980, “*fear-mongering regimes*”, nos quais existiu uma “cultura do medo”, e tal perspectiva algumas vezes abrange toda a América Latina, onde teria prevalecido um clima de insegurança, ansiedade e suspense mais forte do que qualquer outro sentimento.¹⁰ Além disso, algumas vezes os países latino-americanos são

⁶ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. México: Siglo XXI, 2006. p. 60-61.

⁷ Veja-se o impactante artigo de O'DONNELL, Guillermo. La cosecha del miedo. *Nexos en línea*, México, 1^a jan. 1983.

⁸ Sobre o tema, consultar HASKELL, Thomas L. Objectivity: perspective as problem and solution. *History and Theory*, v. 43, n. 3, p. 357, out. 2004 e LAGROU, Pieter. L'histoire du temps présent en Europe depuis 1945, ou comment se constitue et se développe un nouveau champ disciplinaire. *La Revue pour l'Histoire du CNRS*, n. 9, nov. 2003. Disponível em: <10.4000/histoire-cnrs.561>. Acesso em: 24 fev. 2013.

⁹ FAGEN, Patricia Weiss. Repression and state security. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 63; DASSIN, Joan. Testimonial literature and the armed struggle in Brazil. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge*, op. cit. p. 174; ALVES, Maria Helena Moreira. Cultures of fear, cultures of resistance: the new labor movement in Brazil. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge*, op. cit. p. 189.

¹⁰ KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. Introducción: la violencia y el miedo en América Latina. In: KRUIJT,

inferiorizados em oposição às “*free societies*”,¹¹ sujeitos a todo tipo de instabilidade e incapazes de desenvolver o pluralismo que caracterizaria os Estados Unidos da América.¹² Além da carência de evidências empíricas para afirmações tão generalizadoras, essas interpretações tendem a privilegiar esquemas dicotômicos segundo os quais as “sociedades do medo” eram formadas, sobretudo, por perpetradores e vítimas: “(...) *fear seem to pervade society as a whole. Each person seem to be facing the extreme Sartrean dilemma of having to choose whether to be a hero or a traitor. Everyone is afraid of everyone else*”.¹³ Nesse tipo de análise, não há espaço para a percepção do apoio de parte da sociedade aos regimes autoritários. Quando muito, o medo geraria apoio público à repressão.¹⁴ A análise da violência da luta armada também fica prejudicada, na medida em que esse esquema analítico situa os militantes da esquerda apenas como vítimas.

Houve muita violência na história recente da Argentina e seria impossível compreendê-la sem considerar tal fenômeno. Não é meu propósito abordá-la detidamente,¹⁵ mas chamar a atenção para dois aspectos que a singularizam quando comparada à do Brasil: a grande visibilidade da repressão militar e a extensiva prática da violência pela luta armada. Não obstante se possa identificar um padrão de conflito caracterizado pela violência desde o golpe de Estado de 1943, como uma “forma específica de bloqueio do sistema político”,¹⁶ a partir dos anos 1960 tal padrão assumiria contornos peculiares, sobretudo após a grande irrupção social conhecida como Cordobazo, em 1969, que seria mitificada como o prelúdio de uma grande revolução, a partir de idealizações sobre o “*pueblo en armas*”. Mais do que nunca, a violência se tornaria uma “*característica constitutiva de la vida cotidiana en la Argentina*”.¹⁷ Antes do golpe de 1976, as ações violentas já haviam chegado ao paroxismo e foi ainda durante o governo de Isabel Perón (1974-1976) que se determinou a ação repressiva do Es-

Dirk; KOONINGS, Kees (Ed.). *Las sociedades del miedo: el legado de la guerra civil, la violencia y el terror en América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001. p. 37.

¹¹ CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio. Introduction. Fear: a cultural and political construct. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge*, op. cit. p. 2.

¹² LECHNER, Norbert. Some people die of fear: fear as a political problem. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge*, op. cit. p. 28.

¹³ GARRETÓN, Manuel Antonio. Fear in military regimes: an overview. Fear: a cultural and political construct. In: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Eds.). *Fear at the edge*, op. cit. p. 13.

¹⁴ FAGEN, Patricia Weiss. Repression and state security, op. cit. p. 41.

¹⁵ Duas sínteses bem fundamentadas da história recente da Argentina encontram-se em CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto: la interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008 e NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La dictadura militar (1976-1983): del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

¹⁶ DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina 1943-1983*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 30.

¹⁷ O'DONNELL, Guillermo. *1966-1973 El Estado burocrático autoritario: triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982. p. 266.

tado conhecida como “Operativo Independencia” para aniquilar o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP). “Cuando se produjo el golpe militar, la sociedad estaba agotada (...) La necesidad de exterminar a la subversión, que se inscribía en una lógica guerrera bastante difundida, también era una verdad admitida en amplios sectores de la sociedad”.¹⁸ Assim como no Brasil, havia uma retroalimentação entre as ações armadas da esquerda e a repressão militar: “la violencia se justificaba si era de los amigos o aliados, y se escarnecía si era de los enemigos o de los adversarios”.¹⁹ Entretanto, ao contrário do Brasil, a luta armada foi muito intensa na Argentina, assim como a repressão militar foi bastante visível. Após o Cordobazo, os atentados violentos, muitos dos quais resultaram em morte, tornaram-se parte do cotidiano: o assassinato do general Pedro E. Aramburu, em 1970, roubos de armas, ocupações de veículos de comunicação, ataques a guarnições militares, sequestros de empresários, assassinatos de oficiais militares e assim por diante.²⁰ O ERP defendia a violência revolucionária e buscava apoio popular por meio de seu periódico *Estrella Roja* que, em 1972, mantinha a coluna “*Cronica de la guerra*” com notícias sobre as ações armadas.²¹ O chefe da organização guerrilheira *Montoneros*, Mário Firmenich, descreveu em detalhes a execução de Aramburu ainda em 1974.²² Considerando-se um exército que enfrentava outro, a guerrilha inspirava temor inclusive entre seus adeptos, muitos dos quais permaneceram atuantes, apesar da óbvia superioridade das forças repressivas, por causa do medo dos justicamentos — a condenação à morte que a luta armada impunha aos seus desertores.²³

A repressão militar argentina também não se ocultava. Antes mesmo de assumir o poder, ainda como comandante-geral do Exército no governo de Isabel Perón, o general Jorge Rafael Videla assegurou publicamente que a Argentina alcançaria a paz, mesmo que a custa de muitas mortes.²⁴ Em 1976, o coronel C. A. Castagno disse que a vitória contra a subversão dependia do apoio ao exército: “*los delincuentes (subversivos) no pueden vivir con nosotros*”.²⁵ A população, por ingenuidade ou indiferença, não poderia ser cúmplice da subversão, dizia

¹⁸ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008. p. 153.

¹⁹ FLORIA, Carlos A.; GARCIA BELSUNCE, César A. La cultura de la violencia. in: *Historia política de la Argentina contemporánea 1880-1983*. Madri: Alianza Editorial, 1988. p. 208.

²⁰ Sobre tais episódios consultar, entre outros, ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía, 1966-1976*. Buenos Aires: Contrapunto, 1988; GILLESPIE, Richard. *Soldier of Perón. Argentina's Montoneros*. Buenos Aires: Fundación Arturo Illia, 1988; GRAHAM-YOOL, Andrew. *De Perón a Videla*. Buenos Aires: Legasa, 1989; LANUSSE, Alejandro. *Mi testimonio*. Buenos Aires: Lasserre, 1977.

²¹ Agradeço a Maria Paula Araujo por gentilmente ceder para consulta o seu texto “Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e Argentina” a ser publicado em breve na coletânea *História e memória das ditaduras do século XX*, pela Editora FGV, no Rio de Janeiro.

²² MARIO Firmenich y Norma Arrostito cuentan como murio Aramburu. *La Causa Peronista*, Ano 1, n. 9, p. 25-30, 3 set. 1974.

²³ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición*, op. cit. p. 20.

²⁴ XI Conferência de Exércitos, Montevidéu, 23 out. 1975. *Clarín*, Buenos Aires, 24 out. 1975.

²⁵ *La Nación*, Buenos Aires, 22 jan. 1976.

o chefe do *Operativo Independencia*, general Acdel Vilas.²⁶ Foram muitas as manifestações truculentas de militares argentinos, que não apenas expressavam publicamente suas posições bárbaras, mas também pareciam desejar dar a elas ampla visibilidade. O comandante-maior da Gendarmeria, Agustín Feced, declarou ao jornal *La Prensa* que não havia mais espaço para o diálogo, pois a derrota e o aniquilamento da luta armada se dariam pelas armas.²⁷ Ao contrário de ocultar a repressão — como aconteceu no Brasil —, os militares argentinos pareciam seguros de que obteriam o apoio da sociedade à repressão. Para os militares, toda a sociedade estava ciente do que se tratava: “*no hay ignorantes, hay cómplices, suicidas, especuladores políticos o traidores a la causa del mundo libre*” — disse o governador da província de Buenos Aires, general Ibérico Saint Jean, em 1978.²⁸ No caso da Argentina, não é exagero afirmar-se que a repressão militar ultrapassou os limites de uma simples “operação limpeza”, promovendo um clima de terror e medo: “*Ametrallamientos constantes, patrullas lentamente recorriendo las calles a toda hora, cadáveres en los baldíos (...) Nadie quería escuchar pero era imposible apartarse de ese clima*”.²⁹ Os desaparecimentos sistemáticos e os centros clandestinos de confinamento e matança — verdadeiros campos de concentração e extermínio — completam esse quadro terrível:

*Gran parte de la sociedad quedó inmóvil, expectante, entendiendo a medias de qué se trataba pero sin atinar a reaccionar, aterrada. Si había algo que no se podía aducir en ese momento era el desconocimiento. Los coches sin placas de identificación, con sirenas y hombres que hacían ostentación de armas recorrían todas las ciudades (...) Casi todos los sobrevivientes relatan haber sido secuestrados en presencia de testigos. Decenas de cadáveres mutilados de personas no reconocidas eran arrojados a las calles (...) nadie podía aducir desconocimiento (...) había colas de familiares de desaparecidos frente al ministro del Interior (...) Prácticamente todos los políticos del país no sólo conocían la existencia de campos de concentración sino incluso las dependencias en las que funcionaban algunos de ellos (...)*³⁰

Não houve no Brasil, durante o regime militar, essa dinâmica intensamente marcada pela violência. Os militares brasileiros não estavam confrontados por uma “subversão” atuante e violenta da esquerda quando deram o golpe de Estado em 1964: o que havia era o risco de ampliação de conquistas populares, como a reforma agrária, preconizada pelo governo do presidente deposto, João Goulart.³¹ Tampouco havia um histórico de violência anterior

²⁶ *La Opinión*, Buenos Aires, 25 nov. 1976.

²⁷ *La Prensa*, Buenos Aires, 16 ago. 1977.

²⁸ *La Opinión*, Buenos Aires, 29 maio 1978.

²⁹ NOSIGLIA, Julio E. *Botín de guerra*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007. p. 163.

³⁰ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición*, op. cit. p. 149-151.

³¹ Para obter um painel geral da história recente do Brasil, consulte-se SKIDMORE, Thomas. *The politics of military rule in Brazil, 1964-1985*. Nova York: Oxford University Press, 1988 e os quatro volumes de Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, *A ditadura escancarada*, *A ditadura encurralada* e *A ditadura derrotada*

ao golpe. As ações armadas da guerrilha foram poucas e logo controladas pela repressão, que se aparelhou de mecanismos eficazes e brutais após 1968 mediante um decreto, o “Ato Institucional n. 5”, que não apenas instaurou uma “operação limpeza”, mas também instituiu sistemas complexos de controle da sociedade, através da censura, da espionagem, da propaganda política e do combate a supostos corruptos. Alguns desses “sistemas” — como o da censura de diversões públicas e o da espionagem — não eram clandestinos e ampararam-se em estruturas preexistentes e legalizadas.³² Os militares brasileiros tentaram de todo modo ocultar a repressão e, quando confrontados com a evidência da tortura, diziam que se tratava de excessos, de desvios de uns poucos. Assim, o regime militar brasileiro foi, sobretudo, marcado por essas formas de controle da sociedade — vista como despreparada, sujeita à ação de “políticos demagogos” — por meio da censura, da propaganda e de outras iniciativas correlatas. Das 80 proibições determinadas pela censura entre 1971 e 1972, 39 diziam respeito diretamente a confrontos entre a repressão e militantes de esquerda.³³ A propaganda política do regime militar brasileiro veiculava filmes na TV bastante elaborados que tratavam das “grandezas” nacionais e do caráter supostamente otimista do brasileiro. Alguns fizeram muito sucesso entre o público.³⁴

A principal diferença, no caso brasileiro, é de escala: a dimensão modesta da luta armada, o menor número de mortos pela repressão. Mas não é essa contabilidade macabra que indica a inadequação do uso da noção de violência para analisar a ditadura brasileira. Trata-se de um problema de percepção, de experiência social: a censura ocultou da sociedade, em grande medida, a repressão à luta armada buscando ocultar a violência em uma atitude que marca toda a história do Brasil, tida como “incruenta” justamente pelos propagandistas dos dois regimes autoritários que assolaram o país no século XX, o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar.³⁵

Apesar dessas diferenças — que não assinalam apenas uma correção acadêmica de natureza comparativa —, circunstâncias diversas levaram à constituição, no Brasil, de uma memória prevalecente sobre a ditadura que erigiu como evento emblemático o confronto entre oposição de esquerda e repressão, atribuindo-lhe uma centralidade que está longe de corresponder às evidências empíricas. Isso começou ainda durante o regime militar, no pe-

(Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002-2003).

³² FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar — espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³³ Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Série “Movimentos Contestatórios à Ordem Política e Social”, Relatório Censura, processo n. 50756, caixa 592/05132, folhas 6 a 24.

³⁴ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

³⁵ Sobre o Estado Novo consulte OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (Ed.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e PANDOLFI, Dulce (Ed.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ríodo conhecido como “abertura política”, o longo processo de transição controlado pelos militares a partir do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Com o abrandamento da censura, ex-militantes da luta armada puderam publicar seus livros de memórias, não surpreendentemente constituindo o tema da violência como tópica privilegiada e vendo a si mesmos de uma perspectiva bastante romantizada.³⁶ Registros fotográficos dos protestos estudantis de 1968 contra a ditadura brasileira, que se distinguem das ações armadas — que se intensificaram em 1969 —, tornaram-se icônicos e virtualmente todos os eventos que, hoje em dia, assinalam a história daquele período os exibem.

O processo de cristalização de uma leitura binária sobre a ditadura militar brasileira, que entronizou a questão da violência como chave analítica e situou como protagonistas a repressão, a luta armada e os demais protestos da esquerda, teve na Lei da Anistia de 1979 um momento singular. Assinada pelo último general-presidente, João Figueiredo, a lei foi antecedida por uma campanha popular que se iniciou em 1975, a partir do reclamo de mulheres e mães de exilados.³⁷ A campanha assumiu um tom esperançoso, alastrou-se pelo Brasil sob o lema “anistia ampla, geral e irrestrita”, mas o governo militar via a questão sob outro ponto de vista: no contexto da abertura, a anistia deveria servir para eximir os militares de responsabilidades quanto à repressão e permitir a volta de lideranças políticas que, no Brasil, criariam novos partidos, enfraquecendo o até então único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).³⁸ O projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional em 1979 e as negociações parlamentares resultaram em um tipo de pacto, segundo o qual a anistia aos exilados políticos era concedida em troca do perdão aos crimes da repressão. Durante tais negociações, evitando agravar a violência da luta armada, os parlamentares consolidaram a imagem do ex-militante de esquerda como a de um jovem heroico e romântico.³⁹

Cinco anos depois — ainda no contexto da longuíssima transição democrática brasileira —, a sociedade foi galvanizada pela enorme campanha popular em favor de eleições diretas para presidente da República. O *slogan* “Diretas, Já!” acabou dando nome ao movimento. Ele tentou confrontar o projeto de abertura “lenta, gradual e segura” de Geisel — que, além de outras etapas preliminares, como o abrandamento da censura em 1975, a revogação do AI-5 em 1978 e a anistia em 1979, pressupunha a eleição indireta, em 1984, do primeiro

³⁶ Ver, entre outros, GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979 e SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

³⁷ GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003 e DEL PORTO, Fabíola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

³⁸ O regime militar permitiu o funcionamento dos partidos políticos na maior parte do período, embora tenha imposto uma série de medidas restritivas a sua atuação.

³⁹ FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 4, p. 318-332, jul./dez. 2010.

presidente civil através de um colégio eleitoral integrado majoritariamente por parlamentares adeptos do regime. Multidões reuniram-se em diversas cidades brasileiras, tornando os comícios da campanha eventos que não podiam ser ignorados nem mesmo pela principal rede de TV, que apoiava o regime. O clima era festivo, mas havia um forte componente político. Ídolos populares, como cantores e atores, animavam o público, mas as multidões também se emocionavam com líderes políticos de oposição, acompanhando atentamente os discursos de governadores, parlamentares e sindicalistas. Para a efetivação das eleições diretas, o Congresso Nacional precisaria aprovar uma emenda constitucional. Era impossível conseguir tal aprovação sem o apoio de parlamentares governistas. A Campanha das Diretas despertou generosos sentimentos de esperança entre os brasileiros e muitos acreditaram em sua vitória. No dia da votação, quando a derrota foi confirmada, a TV mostrou pessoas chorando pelo Brasil afora tal como ocorre quando a seleção nacional de futebol é derrotada em campeonatos mundiais. Como planejado pelos militares, a escolha do presidente foi indireta, através de negociação que consagrou a conciliação entre as elites políticas.⁴⁰

Também ao contrário da Argentina, após o fim do regime militar o Brasil viveu uma fase de silêncio durante a qual não se falava da ditadura. Entre os fenômenos mais espetaculares da história política estão a guerra e o julgamento de chefes de Estado: a Argentina teve assinalada sua ruptura com a ditadura com a Guerra das Malvinas — cuja derrota diante da Inglaterra, em 1982, acelerou o fim do regime — e o julgamento das três juntas militares, em 1985. No Brasil foi diferente. Como uma espécie de contrafação de uma ruptura que não houve e da impunidade dos militares, a elite política e os meios de comunicação propagandearam a existência de uma “Nova República”, a partir de 1985, que se apropriou e deu nova significação aos símbolos da campanha pelas eleições diretas (o verde e o amarelo, cores da bandeira nacional, haviam sido muito utilizados naquela campanha) e se nutriu do emocionalismo decorrente da morte inesperada de Tancredo Neves, o presidente civil, eleito pelo colégio eleitoral, que não chegou a tomar posse naquele ano.⁴¹ O país entrou em uma espécie de latência, mas a ausência de uma ruptura real e a inauguração de uma fase de suspensão não implicaram a superação do passado. Referindo-se à Segunda Guerra Mundial, Hans U. Gumbrecht afirmou: “*something about that past and about how it became part of our present does not come to rest, and any approach to a solution would have to start by pinpointing what that ‘something’ might be*”.⁴² Passaram-se 10 anos até que a primeira medida de reparação fosse tomada pelo governo brasileiro, em 1995, por meio de uma comissão que reconheceu como mortos os desapare-

⁴⁰ KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴¹ MARCELINO, Douglas Attila. *O corpo da Nova República: funerais de presidentes e memória de Tancredo Neves*. Tese (doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

⁴² GUMBRECHT, Hans Ulrich. *After 1945: Latency as origin of the present*, manuscrito gentilmente cedido pelo autor para consulta. O livro será lançado pela Stanford University Press em 2013.

cidos. Outras medidas viriam, como a criação de uma comissão governamental responsável pela concessão de indenizações a vítimas do regime militar, em 2001, e, mais recentemente, a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, incumbida de identificar as violações dos direitos humanos ocorridas no período — mas sem poderes punitivos.

Foi no contexto dessas medidas da chamada “justiça de transição” no Brasil que muitas comparações foram feitas com a Argentina, provenientes, sobretudo, da militância pelos direitos humanos.⁴³ Se os militares foram levados a julgamento na Argentina, por que não seriam punidos no Brasil? Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil pediu que o Supremo Tribunal Federal excluísse o perdão aos militares da Lei da Anistia de 1979. Quando, em 2010, a arguição foi finalmente julgada, a corte brasileira manteve a interpretação preva- lecente, segundo a qual os crimes da repressão também foram anistiados. Isso reacendeu as críticas à transição brasileira e, logo depois, a criação da Comissão da Verdade, incapaz de punir, também levou a comparações com a Argentina, sempre tendo em vista a questão do julgamento dos militares.

O trauma diante da violência brutal do regime militar marca a transição argentina. No caso do Brasil, os traços fundamentais de sua transição são a impunidade e a frustração causadas pela ausência de julgamento dos militares e de ruptura com o passado — que, por assim dizer, tornaram a transição inconclusa, em função da conciliabilidade das elites políticas. Foi esse componente de frustração — diante da anistia que perdoou os militares, da campanha pelas eleições diretas que fracassou, enfim, da constatação de que os militares conduziram a transição exatamente como queriam — que, de algum modo, estimulou as tímidas iniciativas de justiça de transição no Brasil a partir da chegada ao poder de governos presididos por pessoas que combateram a ditadura, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Não se nota um grande interesse da sociedade brasileira pelo tema, que é acompanhado, sobretudo, pela militância dos direitos humanos, assim reforçando o confronto entre repressão militar e oposição de esquerda (armada ou não) como o evento emblemático do regime militar brasileiro. Como consequência, a história das “pessoas comuns” é praticamente ignorada.⁴⁴

A pesquisa histórica sobre esses temas enfrenta questões muito delicadas. Quando negamos a centralidade da violência durante a ditadura militar brasileira parecemos dar a impressão de que estamos minimizando o sofrimento dos que foram torturados e mortos. O mesmo se dá com a desconfortável percepção de que nem mesmo a maior manifestação de

⁴³ Em 2012, o movimento “Levante Popular da Juventude” promoveu, no Brasil, os “esculachos”, inspirados nos “*escraches*”, manifestações que, na Argentina, denunciam, através de cantorias e pichações, onde moram, hoje, supostos agentes da repressão.

⁴⁴ Sintomaticamente, os dossiês do Arquivo Nacional brasileiro relativos a vítimas da repressão que não eram militantes da esquerda (como funcionários públicos, por exemplo) são quase inéditos, diferentemente dos que dizem respeito à luta armada. Ver FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jul. 2012.

massas ocorrida no Brasil — as “Diretas, Já!” — foi capaz de alterar, minimamente sequer, o projeto de transição conduzido pelos militares. Se a resistência armada serviu para que os militares justificassem sua permanência no poder e sua atuação repressiva, a resistência democrática foi inócua? Como o historiador deve abordar essas questões delicadas, esses temas tabu, sem parecer movido por uma índole reacionária e objetivista, preocupado apenas com pequenos ajustes, questões insignificantes de grau que, no fundo, afrontariam a memória daqueles que sofreram?

Essas dificuldades nos impõem o dever de bem situar o papel do historiador e o alcance do conhecimento histórico que, frequentemente, são superestimados. Pressupondo entendimentos há muito superados no campo acadêmico, como os dos chamados “positivistas”,⁴⁵ alguns criticam supostas pretensões de monopólio historiográfico ou a incapacidade de a história conviver com outras leituras sobre o passado.⁴⁶ Do mesmo modo, não é inusual a atribuição à história de tarefas muito difíceis, ou inalcançáveis, de natureza “reparadora”, como se pudéssemos vingar os males do passado.⁴⁷ A história precisaria abandonar supostas pretensões arrogantes, mas, ao mesmo tempo, deveria compensar os erros do passado. Ora, sua missão é mais modesta. O trato com o passado traumático cria expectativas evidentes de sua superação, de sua “solução”, esperança que, se não é de todo vã, não se realiza apenas através do conhecimento histórico. Nota-se, aí, a complexa relação entre história e memória, que já foi tantas vezes tratada — mas jamais equacionada. O fato é que a história não é necessariamente capaz de elaborar a solução do trauma, como talvez seja a memória. Para Beatriz Sarlo, as “*modalidades no acadêmicas de escritura*” poderiam “*responder plenamente las preguntas sobre el pasado. Aseguran un sentido, y por eso pueden ofrecer consuelo o sostener la acción*”.⁴⁸

As demandas que se faz à história parecem pressupor que a disciplina de fato possui aqueles cinco atributos que Cícero lhe conferiu quando tratou do orador.⁴⁹ Ele tentava convencer seu interlocutor de que não há nada mais importante do que um orador completo, capaz de abordar com elegância e propriedade quaisquer assuntos: ninguém seria tão caloroso na exortação da virtude, veemente na condenação dos vícios, severo na repreensão do corrupto, elegante na exaltação do virtuoso, bem-sucedido ao reconfortar o aflito. Referindo-se à his-

⁴⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 107.

⁴⁶ FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência (Comp.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 62.

⁴⁷ PITTALUGA, Roberto. Miradas sobre el pasado reciente argentino: las escrituras en torno a la militancia setentista (1983-2005). In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência (Comp.). *Historia reciente*, op. cit. p. 148.

⁴⁸ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*, op. cit. p. 16.

⁴⁹ De Oratore, livro II, cap. 9, 36. “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia, nisi oratoris, immortalitati commendatur?*”.

tória, ele dizia: “quem mais, senão o orador, poderia eternizá-la?”. Para o senso comum, nós somos esse orador todo-poderoso que Cícero enaltecia, e a matéria de nossos discursos — a história — é quase sagrada, pois a “luz da verdade”: que mais poderia ser senão a fulguração do próprio tempo passado que transsubstanciaríamos, na frente do público, em realidade?

Há alguma correlação entre a dificuldade de abordagem do que estou chamando de “questões delicadas” ou “temas tabu” e o caráter supostamente indizível dos eventos traumáticos — conforme a literatura que, no terço final do século passado, abordou a questão do Holocausto.⁵⁰ No caso dos testemunhos das vítimas da repressão na Argentina e no Brasil, tal correspondência é evidente. Mas nós podemos estender essa correlação a outros temas, cuja abordagem é difícil por sua natureza política e/ou proximidade temporal. É muito frequente, nos estudos de temas recentes, a paulatina aproximação de questões delicadas que, com a passagem do tempo, podem ser tratadas de maneira crítica, como ocorre com o colaboracionismo durante a Segunda Guerra Mundial. Isso indica a necessidade de distanciamento. Tal necessidade não se refere apenas ao historiador e aos testemunhos em pauta. Ela afeta também o público ao qual a narrativa histórica se dirige — o que situa o problema no campo político, ético e moral dos temas tabu ou decorosos. A capacidade de o público leitor interagir com esse ou aquele assunto altera-se com o tempo, conforme destacou Mark S. Phillips.⁵¹ Por exemplo, no Brasil e na Argentina, a crítica à luta armada sempre foi uma questão delicada. Tratar desse assunto enquanto os militantes eram assassinados seria algo extravagante. Segundo Beatriz Sarlo, “*la crítica de la lucha armada (...) parecía trágicamente paradójica cuando los militantes eran asesinados*”.⁵² Também no Brasil foi impossível fazer a crítica da luta armada quando, ainda na ditadura, discutiu-se a anistia.

Para o historiador que atua com a história do tempo presente, lidar com tais relatos traumáticos ou temas delicados não é apenas uma questão metodológica: quem de nós não viveu a experiência de ser confrontado em palestras e debates públicos com essas narrações de memória que sempre se oferecem com uma “*autenticidad de la que estamos acostumbrados a desconfiar radicalmente*”?⁵³ Antes de se tornar a primeira mulher presidente da República do Brasil, a então ministra do governo Lula (2003-2011), Dilma Rousseff — que atuara como militante da luta armada durante o regime militar —, usou inteligentemente a sacralidade do testemunho da vítima durante a audiência pública de uma comissão do Senado em 2008. Um dos senadores da oposição desdenhosamente questionou a sinceridade de seu depoimento lembrando que, no passado, quando encarcerada pela ditadura, Dilma mentira aos seus algozes, fornecendo-lhes pistas falsas. Visivelmente emocionada, ela respondeu:

⁵⁰ Ver, entre muitos outros trabalhos, FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the limits of representation: nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

⁵¹ PHILLIPS, Mark Salber. Relocating Inwardness: Historical Distance and the Transition from Enlightenment to Romantic Historiography. *PMLA*, v. 118, n. 3, p. 442-443, maio 2003.

⁵² SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*, op. cit. p. 23.

⁵³ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*, op. cit. p. 93.

(...) eu fui barbaramente torturada, senador. Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida dos seus iguais, entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, senador. Porque mentir na tortura não é fácil (...) aguentar tortura é algo difícilíssimo porque todos nós somos muito frágeis e a tentação de falar a verdade é muito grande. A dor é insuportável. Eu me orgulho de ter mentido porque eu salvei companheiros.

Tudo o mais que era questionado ficou em segundo plano. No dia seguinte, os jornais estampavam a vitória da ministra sobre seu opositor.⁵⁴

É ainda mais difícil a abordagem da atuação dos perpetradores, que — como é compreensível — são quase sempre demonizados quando percebidos somente pela ótica das vítimas,⁵⁵ mas surgem desconcertantemente humanizados quando vistos através de documentos de época.⁵⁶ Dominick LaCapra defende a necessidade de uma diferenciação do tratamento analítico que damos às vítimas e aos perpetradores, mas ele admite que esses últimos também podem gerar testemunhos traumatizados, embora devamos neutralizar analogias.⁵⁷ Aliás, nota-se o quanto esses debates muitas vezes consideraram os testemunhos fonte exclusiva dos eventos traumáticos. No entanto, é evidente o estatuto heurístico diferenciado de depoimentos orais de pessoas envolvidas diretamente em episódios traumáticos e vestígios de outra natureza. Curiosamente, por vezes parece ser necessário chamar a atenção para documentos de outro tipo, como os jornais de época, como se fosse preciso “pedir licença” para pesquisá-los.⁵⁸ Seja como for, há uma diferença entre a percepção de que os algozes são pessoas comuns e as descrições conciliadoras ou espiritualmente edificantes. Christopher R. Browning chama a atenção para o fato de que o entendimento do passado dos perpetradores nada tem a ver com o seu perdão. Ele teve a necessidade de enunciar algo que deveria ser óbvio: “*individual human beings killed other human beings*”.⁵⁹ Essas dificuldades ampliam-se quando temos dificuldade de distinguir alguém como vítima ou agente da repressão, tal como se dá no exemplo que a seguir apresento.

Em 1975, Silvaldo Leung Vieira, um jovem de 22 anos que lidava com fotografia desde a infância, viu no curso de fotógrafo da Polícia Civil de São Paulo uma oportunidade pro-

⁵⁴ *Folha de S.Paulo*, 8 maio 2008.

⁵⁵ Exceção foi anotada por Pilar Calveiro: “Esto es lo desquiciante, los desaparecidos solían ser hombres comunes y corrientes que también podían ir a misa los domingos”. CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición*, op. cit. p. 143.

⁵⁶ O exemplo clássico é o álbum *Auschwitz 21.6.1944*, hoje no *United States Holocaust Memorial Museum*, com fotos de oficiais da SS divertindo-se naquele campo de concentração durante o verão e o outono de 1944, quando as câmaras de gás funcionavam intensamente.

⁵⁷ LACAPRA, Dominick. *Writing history, writing trauma*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 26 e 41.

⁵⁸ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*, op. cit. p. 83.

⁵⁹ BROWNING, Christopher R. German Memory, Judicial Interrogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony. In: FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the limits of representation*, op. cit. p. 27.

fissional que lhe permitiria “desvendar crimes”. Aprovado, iniciou as aulas, ministradas na Universidade de São Paulo, em 8 de outubro. Dezesete dias depois, Silvaldo foi surpreendido por uma estranha convocação: deveria seguir para o Dops, o Departamento de Ordem Política e Social, principal órgão de repressão do regime militar na cidade. Um motorista o levou até lá. Em uma das celas do Dops estava o cadáver de Vladimir Herzog, jornalista militante do Partido Comunista que havia sido preso, torturado e morto no dia anterior. Os agentes da repressão queriam simular um suicídio e penduraram o corpo de Herzog pelo pescoço, com uma tira de pano atada à barra da janela. O registro fotográfico feito por Silvaldo, ao contrário do que pretendia a repressão, terminou servindo para desvendar a farsa do suicídio após análises técnicas. Silvaldo continuou a ser chamado para “serviços” como esse até desentender-se com seus superiores. Acabou fugindo do país e entrou ilegalmente nos EUA. Quase 40 anos depois, foi localizado por um repórter do jornal *Folha de S.Paulo*.⁶⁰ Se Silvaldo foi um agente da repressão, ou se ele foi uma vítima das circunstâncias, é muito difícil afirmar sem que façamos muitas matizações. Casos como esses requerem uma abordagem cuidadosa e qualquer afirmação que se faça tem de ser, por assim dizer, “negociada” com o leitor.

As dificuldades de enunciação dos eventos traumáticos são correlatas às dos episódios delicados ou tabu, mas aqui sobressai uma questão importante. Tais dificuldades, tantas vezes mencionadas,⁶¹ dizem respeito, sobretudo, às vítimas. Os problemas que o historiador usualmente enfrenta aumentam quando se trata de abordar tais eventos, mas eles não dizem respeito ao problema do indizível, são de outra natureza. Por exemplo, confrontar testemunhos conflitantes — procedimento que costuma enriquecer qualquer análise — torna-se um risco quando eventualmente comparamos relatos de vítimas e de agentes da repressão sobre o mesmo episódio: as distorções, silêncios ou acréscimos nos dois casos têm razões ou motivações muito distintas. Também o procedimento usual da micro-história e da história do cotidiano, que consiste em considerar os episódios do dia a dia, pode levar a resultados indesejados quando se trata da figura do algoz. Um agente da repressão, quando visto em seu cotidiano, humaniza-se: a busca de entendimento não deve implicar “acolhimento”. Mas não podemos interditar esse assunto, ignorando essa parte da história.

A visão do historiador como um orador todo-poderoso — para retomarmos a analogia que propus com a famosa frase de Cícero — é correlata ao poder do testemunho, não o testemunho da vítima, mas o testemunho do próprio historiador. Todos sabemos que a ênfase no *videre* estava presente em diversos autores da Idade Média: deveríamos narrar aquilo que pudéssemos testemunhar, como disse Isidoro de Sevilha ao afiançar que os antigos historiadores escreviam apenas sobre o que haviam presenciado.⁶² Este seria o historiador

⁶⁰ *Folha de S.Paulo*, 5 fev. 2012.

⁶¹ Ver, entre outros, LAUB, Dori. Truth and testimony: the process and the struggle. In: CARUTH, Cathy (Ed.). *Trauma*. Explorations in memory. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 61-75.

⁶² “*Apud veteres enim nemo conscribat historiam, nisi is qui interfuisse, et ea quae conscribenda essent vidisset.*”

inteiramente crível. Entretanto, a proximidade dos acontecimentos narrados — que, afinal, indica o envolvimento do historiador nos fatos que pretende historiar — tornou-se motivo de suspeição quando da onda objetivista que prevaleceu no século XIX liderada por Leopold von Ranke. Essa foi a razão da verdadeira interdição que Ranke estabeleceu para a história do tempo presente.⁶³ Essa modalidade não poderia ser objetiva justamente por causa do perigo de tendenciosidade decorrente do envolvimento do historiador. Assim, o que antes era garantia de fidedignidade decorrente do *videre* tornou-se suspeição por causa do risco de envolvimento, de parcialidade. Por isso estabeleceu-se a ideia da necessidade do “recoo temporal”, isto é, o historiador só poderia ser objetivo se tratasse de fatos distanciados no tempo, com os quais ele não estivesse envolvido.

O problema do distanciamento é central para a história do tempo presente, mas não tem sido devidamente abordado pelos autores que tratam dos eventos traumáticos. Dominick LaCapra chama a atenção para a necessidade de se considerar “*the implication of the observer in the observed*”,⁶⁴ mas o principal problema não parece ser esse tipo de transferência, mas a exigência de construção de um distanciamento ou perspectiva apesar da ausência de recoo temporal. Perspectiva e recoo temporal são, por vezes, confundidos. Eric Hobsbawm, por exemplo, supunha que a distância cronológica estabiliza a perspectiva.⁶⁵ Entretanto, parece evidente que a perspectiva, como ângulo ou ponto de vista, não afeta apenas o passado próximo: é possível analisar-se com perspectivas diferentes, seja um fenômeno muito recuado no tempo, seja um evento recente. Assim, a exigência de recoo temporal não conduz, obviamente, a uma análise imune a pontos de vista. O próprio Ranke supunha que a questão central não era a proximidade ou distância de seus objetos: “*the difference of contemporary history from remote history (...) is only a matter of degree*”. A busca da verdade dependeria do caráter moral do historiador e de uma tentativa de superação de perspectivas particulares: “*the historian must gain an independent point of view from which the objective truth, a general view, opens out more and more*”.⁶⁶ Essas afirmações de Ranke denunciam seu objetivismo, mas podem surpreender os que o conhecem apenas através da caricatura a que foi reduzido no início do século passado, pois ecoam demandas muito atuais, já que a consideração moral das questões sensíveis, a busca de um ponto de vista independente e a superação de particularismos são desafios frequentes para o historiador do tempo presente. Tudo o que escrevemos sobre esse passado pode ter um uso, uma apropriação, que afetará pessoas que o viveram e ainda estão vivas.

Para uma versão acessível em inglês: ISIDORE OF SEVILLE. *Etymologies*. Tradução de Priscilla Throop. Charlotte: MedievalMS, 2005. v. 1, 1, 41, 1.

⁶³ RANKE, Leopold von. Burnet’s history of his own times. In: RANKE, Leopold von. *A history of England principally in the seventeenth century, 1859-1869*. Nova York: AMS Press, 1966. v. 6, p. 46.

⁶⁴ LACAPRA, Dominick. *Writing history, writing trauma*, op. cit. p. 36.

⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. Un historien et son temps présent. In: INSTITUT D’HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l’histoire du temps présent*. En hommage à François Bédarida. Paris: CNRS Éditions, 1993. p. 102.

⁶⁶ KRIEGER, Leonard. *Ranke: the meaning of history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977. p. 271.

Jaap Den Hollander supõe que devemos adotar, preferencialmente, a noção de “distinção” no lugar de “distância histórica”. Tratando do que ele classifica como ponto de vista narrativista na abordagem de uma forma histórica, Den Hollander refere-se à proposta de F. R. Ankersmit de distinção entre sujeito e objeto ou presente e passado considerando a noção de sublime. A proposta de Ankersmit de uma “*sublime dissociation of the past*” — isto é, a radicalização da noção de experiência histórica subjetiva, entendida, esta última, como a percepção de algum período histórico — pressupõe ultrapassar a epistemologia, mover-se para além da verdade, dissociar a experiência da verdade. Supondo a hipótese de um encontro direto com o passado, através de uma percepção quase mística, Ankersmit articula a experiência histórica sublime às experiências de tipo coletivo, às mudanças drásticas, à história em grande escala. Seria uma contrapartida filosófica à abordagem psicológica do trauma. O enfoque psicológico é mobilizado no sentido de que a experiência sublime seria uma experiência de perda do “*indiscriminate present*” que, assim, se torna seu passado.⁶⁷ Entretanto, é conhecida a posição de Ankersmit segundo a qual os períodos específicos da história são atributos da nossa descrição do passado e não atributos do próprio passado. Ora, se as especificidades de uma época não estão no passado, mas nas estruturas narrativas, de que modo poderíamos associar autodistanciamento a “*sublime historical experience*” considerando que esta última busca superar a “contaminação” das estruturas linguísticas?

Segundo Den Hollander, para nos dissociar do passado e expulsá-lo, deveríamos criar uma distinção entre sujeito e objeto através de um autodistanciamento, espécie de despersonalização, tal como ocorre no processo psíquico no qual o sujeito tem a impressão de que é estranho a si mesmo. Desse modo, estabelecer-se-ia um contato ao mesmo tempo direto e indireto com a realidade, combinação que indicaria o processo de autodistanciamento que permitiria a separação sujeito/objeto.⁶⁸

Essas abordagens tangenciam duas questões distintas mas interconectadas, afinal a impossibilidade do acesso ao passado diz respeito não apenas à circunstância óbvia de que ele não está mais disponível como algo palpável e concreto, mas também ao questionamento da validade dos vestígios deixados pelo passado como elementos que nos permitam sustentar enunciados com pretensões de verdade. Se a hipótese filosófica do realismo pressupõe a existência de algo fora do mundo do sujeito cognoscente, resta-nos sempre o problema do acesso a esse “algo”. Tal problemática distingue-se de outra mais corriqueira, qual seja, a ideia de que o passado mais recente nos afeta tão fortemente que seríamos incapazes de analisá-lo sem tendenciosidade. No entanto, é bastante provável que a maioria dos historiadores que analisam fenômenos recentes admita com facilidade a hipótese filosófica do realismo ontoló-

⁶⁷ ANKERSMIT, F. R. *Sublime historical experience*. Palo Alto: Stanford University Press, 2005.

⁶⁸ A proposta pretende ultrapassar o entendimento historicista e narrativista do problema. DEN HOLLANDER, Jaap. Contemporary history and the art of self-distancing. *History and Theory*, n. 50, p. 51-67, dez. 2011.

gico e esteja bem mais preocupada com a segunda questão: além do problema de ser possível ou não conhecermos a época próxima a nós (ou qualquer outra realidade pretérita), ou seja, além da questão do acesso ao passado, há o problema da interferência desse passado sobre nós, do modo como ele nos afeta.

Quer chamemos de recuo, perspectiva ou distância, o que está em jogo é a questão de buscarmos o máximo possível de objetividade, o que nos deixa de frente com os formidáveis problemas da busca da verdade e do acesso ao real. Esses são aspectos de um velho debate epistemológico que ficaram desvalorizados desde o chamado “*linguistic turn*”. Hayden White considera que nossa suposição de que os acontecimentos históricos expressam histórias reais baseia-se em uma relação equivocada entre o “*historical story-telling*” e a realidade histórica. Como se sabe, para ele, “*stories, like factual statements, are linguistic entities and belong to the order of discourse*”.⁶⁹ O que havia de atraentemente “selvagem” (para usar o adjetivo com o qual Popper recomenda à consideração as ideias novas)⁷⁰ na maneira de ver de Hayden White era esse questionamento radical. Mas o que há de frágil é a ausência de distinção entre as problemáticas consequências do caráter discursivo dos enunciados históricos e o “quase” questionamento que faz da hipótese filosófica do realismo tendo em vista a dificuldade de acesso ao real — que ele infelizmente nunca desenvolveu com toda a clareza. De fato, tantas foram as críticas que White sentiu a necessidade de negar que os formalistas, como ele, “*deny the reality of the referent*” e associam-se a um relativismo que tornaria possível, por exemplo, uma versão nazista crível da história.⁷¹

Como o recuo temporal é inviável ao historiador do tempo presente, outras soluções precisam ser encontradas. Algumas já apresentadas situam no plano da linguística a equação do problema. Supondo a incapacidade dos modos tradicionais de representação do evento traumático, Hayden White propôs o uso da voz média:

*we must intend something like the relationship to that event expressed in the middle voice. This is not to suggest that we will give up the effort to represent the Holocaust realistically, but rather that our notion of what constitutes realistic representation must be revised to take account of experiences that are unique to our century and for which older modes of representation have proven inadequate.*⁷²

Dominick LaCapra afirma que é preciso ser sensível às experiências traumáticas e que seu tratamento pressupõe a empatia, ou o que ele designa como “*empathic unsettlement*”,

⁶⁹ WHITE, Hayden. Historical emplotment and the problem of truth. In: FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the limits of representation*, op. cit. p. 37.

⁷⁰ POPPER, Karl. The rationality of scientific revolution. In: POPPER, Karl. *Problems of scientific revolution: progress and obstacles to progress in the sciences*. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 85.

⁷¹ WHITE, Hayden. The politics of historical interpretation: discipline and de-sublimation. *Critical Inquiry*, v. 9, p. 131, set. 1982.

⁷² Idem. Historical emplotment and the problem of truth, op. cit. p. 52.

que teria “*effects in writing which cannot be reduced to formulas or rules of method.*” Ele questiona a proposta de White sobre a voz média na medida em que ela recomenda uma “*insufficiently modulated rhetoric*”, mas LaCapra mantém-se no plano linguístico ao defender a propriedade do uso dos “*third-person referential statements, direct quotations, and summaries or paraphrases*”.⁷³

Quando consideramos as diversas formas de enunciação dos fenômenos passados, esse tipo de proposta faz algum sentido, pois a dificuldade de enunciação dos eventos traumáticos, sobretudo pelas vítimas, pode de algum modo ser equacionada através da diátese interna, quando os eventos narrados referem-se a ações ou estados que afetam o narrador: ele é ao mesmo tempo, “centro e ator do evento”.⁷⁴ Entretanto, quando se trata da produção acadêmica de conhecimento histórico, esse tipo de recurso parece insuficiente ou mesmo inadequado. Não se trata de supor que a história acadêmica busque ou esteja propensa a um inabalável e insensível discernimento harmonizador,⁷⁵ mas não parece abusivo reiterar que a questão do indizível diz respeito, mais propriamente, às vítimas e não ao historiador profissional. A pesquisa histórica, certamente, tem dificuldade de abordar temas delicados da contemporaneidade, mas isso se dá pela simples razão de que tal abordagem é difícil para qualquer um, mesmo para os que não estão diretamente envolvidos. Esse não é o único motivo pelo qual temas, como o Holocausto, demoraram tanto para se tornar objeto da história. A história das ditaduras militares enfrenta problema assemelhado. Além das usuais dificuldades heurísticas, persistem sempre algumas suspeições que ecoam nossa compreensível necessidade moral de condenação do mal e de busca de culpados. Daniel Lvovich afirma que a historiografia alemã foi afetada por um período de latência, caracterizado por um pacto de silêncio de sobreviventes e perpetradores, mas ele diz que, ao contrário, na Argentina não existiu um período de silêncio “*en el que la mayor parte de la sociedad haya optado por la negación y el intento de olvidar las experiencias traumáticas*”. Isso é verdade até certo ponto, pois, de fato, logo após o término do regime militar argentino, as juntas foram a julgamento a partir de uma série de testemunhos. Mas o próprio Lvovich chama a atenção para outro tipo de silêncio, já que a necessidade de julgar os criminosos se impunha como um “*deber ético y político*” que excluía qualquer questionamento sobre as responsabilidades da luta armada — do que resultou uma leitura complacente e confortável do passado.⁷⁶ Ou seja, para o historiador, a dificuldade maior não parece estar na dificuldade de enunciação dos temas delicados — correlata à indizibilidade do trauma pela vítima —, mas na necessidade de distanciamento.

⁷³ LACAPRA, Dominick. *Writing history, writing trauma*, op. cit. p. 26 e 41.

⁷⁴ BENVENISTE, Emile. Ativo e médio no verbo. In: BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: USP, 1976. Ver também CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. *D.E.L.T.A.*, v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.

⁷⁵ LACAPRA, Dominick. *Writing history, writing trauma*, 35.

⁷⁶ LVOVICH, Daniel. Historia reciente de pasados traumáticos. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência. (Comp.). *Historia reciente*, op. cit. p. 111 e 115-117.

Martin Jay aproxima-se da proposta que eu gostaria de sustentar. Ele considera que a persuasão não é estabelecida apenas entre narrativas de primeira ordem e reconstruções de segunda ordem, mas “negociada” com a comunidade de leitores:

Historical accounts are, after all, only as persuasive as they are deemed to be by those who read them (...) This is the never-ending negotiation that we might call the art of historical judgement exercised in communal terms. “History” in this sense is not a single historian emplotting the past, but rather the institution of historians, now more often credentialed than not, trying to convince each other about the plausibility of their reconstructions. It is not so much the subjective imposition of meaning, but rather the intersubjective judgment of meanings that matters.⁷⁷

Jay refere-se à teoria do agir comunicativo de Habermas, mas sua proposta de “*intersubjective judgment of the community*” é claramente derivada da perspectiva kantiana, segundo a qual se algo é válido para os que estão de posse da razão, então teremos chegado a um grau suficiente de objetividade.⁷⁸ A crítica intersubjetiva, ou a ideia de um “*mutual rational control*”, também foi abordada por Popper, para o qual a objetividade dos enunciados depende de eles poderem ser intersubjetivamente submetidos a teste.⁷⁹

Hayden White identifica a trama dos relatos históricos a uma demanda de significação moral que lhes permitiria um desfecho narrativo. Isso decorreria da inserção dos acontecimentos em uma dada ordem de significação que habitualmente chamamos “tema” (para White, um “princípio metafísico”). Frequentemente — ou sempre, conforme White —, as narrativas históricas situam-se em um campo de possibilidades concorrentes, isto é, costuma ser possível optar, pelo menos, entre duas explicações opostas.⁸⁰ No caso de questões delicadas ou temas tabu da história recente, isso situa o historiador em um universo de complexas implicações ético-morais que precisa ser considerado.

Por exemplo, o historiador norte-americano Thomas Skidmore afirma que, no Brasil, “*the guerrillas’ principal effect was to strengthen the hand of those arguing for greater repression*”.⁸¹ Contrariamente, o ex-militante Franklin Martins sustenta que a luta armada teve um impacto imenso na luta democrática e na resistência contra a ditadura — como disse em entrevista televisionada ao jornalista Kennedy Alencar disponível na internet.⁸² Essa é típica-

⁷⁷ JAY, Martin. Of plots, witnesses, and judgements. In: FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the limits of representation*, op. cit. p. 105. Grifado no original.

⁷⁸ “*If the judgment is valid for everyone, provided only he is in possession of reason, its ground is objectively sufficient.*” KANT, Immanuel. *Critique of pure reason, the transcendental doctrine of method*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1933. p. 645.

⁷⁹ POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. Londres: Routledge, 2002. p. 22.

⁸⁰ WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. *Critical Inquiry*, v. 7, n. 1, p. 23-24, Autumn 1980.

⁸¹ Thomas. *The politics of military rule in Brazil, 1964-1985*, op. cit. p. 125.

⁸² Sobre o tema, consultar ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREI-

mente uma “questão delicada” cujo tratamento é correlato ao dos enunciados traumáticos: concordando com Skidmore, poderíamos dar a impressão de que não reconhecemos os sofrimentos dos que, tendo optado pela luta armada, foram torturados e mortos pela ditadura militar e pretenderam contrapor-se a ela; por outro lado, aderindo à explicação de Martins, talvez parecêsemos justificar a violência das armas.⁸³

Em um luminoso artigo publicado em 1988, Carlo Ginzburg forneceu o que, ainda hoje, é o melhor contraponto à tese original de Hayden White. Ao correlacionar a *enargeia* às citações, ele situou o problema do efeito de verdade no plano da narrativa, não como constrangimento imposto pelas prefigurações discursivas, mas como uma relação de confiança ou credibilidade estabelecida entre o historiador e seu leitor. Ginzburg ressaltou que essa relação entre história e retórica não implica considerar que o critério de verdade é a reação do auditório, mas que é, “antes de mais nada, matéria de persuasão só marginalmente relacionada com um teste objetivo de realidade”.⁸⁴ O que eu gostaria de acrescentar é que, no caso dos eventos traumáticos ou das questões delicadas, impõe-se ao historiador dirigir-se a esse auditório não apenas como um orador que deseja convencê-lo, mas como um pesquisador que, em uma entrevista ou *workshop*, explica pormenorizadamente por que chegou a dadas conclusões e por que as está enunciando de uma dada maneira. O que me parece essencial é que esta atitude de compartilhar com o leitor os achados de sua pesquisa, bem como os recursos retóricos que mobiliza, deve configurar-se em um elemento imanente à narrativa histórica, não em um complemento didático assessorio meramente reiterativo. Desse modo, além da *enargeia* ou das notas e citações, que pressupõem um controle de algum modo afetado dos instrumentos disponíveis ao autor capazes de convencer seus pares, preconizo a necessidade propriamente narrativa de um desinteressado compartilhamento do “*métier*” do historiador com o leitor, capaz de guiá-lo através da pesquisa e torná-lo, desse modo, “cúmplice” dos enunciados que queremos sustentar. Ou seja, eu defenderia que a sustentação de desfechos narrativos com implicações éticas, morais ou políticas delicadas deve estar amparada não apenas nos procedimentos usuais garantidores da intersubjetividade do método referidos aos pares, mas também no que tenho chamado de *making-of* ou *behind the scenes* da história.

Creio que a narrativa histórica está capacitada para fazer a “narrativa dos eventos” e ao mesmo tempo abranger a consideração de por que nos sentimos aptos a propor tais enunciados como objetivos — isso acontecendo no mesmo fluxo narrativo — e que, ao contrário, isso não seria possível tão facilmente em outras narrativas, como a cinematográfica ou a

RA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Ed.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-92.

⁸³ Maria Paula Araujo trata das autocríticas sobre a luta armada na Argentina, mais avançadas do que no Brasil, em texto ainda inédito, já mencionado, intitulado *Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e Argentina*.

⁸⁴ Carlo Ginzburg, “Ekphrasis and quotation” *Tijdschrift voor filosofie*, 50 (1988): 3-19. Utilizo a versão modificada publicada em Carlo Ginzburg, *A micro-história e outros ensaios* (Lisbon: Difel, 1991), 224.

teatral. A exposição comentada dos recursos retórico-formais e dos referenciais empíricos que constituem as narrativas ficcionais as descaracterizaria. No caso da prosa de ficção, isso comprometeria a verossimilhança de um romance, de uma peça teatral ou de um roteiro cinematográfico. Não estou me referindo à eventual aparição da figura do narrador na obra, mas à exposição desnudada das opções que o autor fez ao construí-la. Veja-se o caso do comentário oral do diretor que alguns DVDs de filmes trazem: existe o filme e existe esse bônus, mas o comentário do diretor sobreposto à exibição integral do filme (audível em uma trilha extra) impede sua integral fruição e talvez alguém vá assisti-lo depois de ter visto o filme propriamente. Numa peça de teatro, o autor ou diretor normalmente não surgem em cena explicando por que fizeram essa ou aquela opção de representação ou de marcação, nem mencionam a pesquisa empírica que foi feita para definir o figurino a fim de dar um efeito de verdade à cena (mesmo que ela conte com a presença de um narrador/autor/diretor). Quando isso acontece, geram-se efeitos cômicos, críticos ou inusitados que, aliás, são pretendidos pelo autor/diretor no contexto do que é ficcional.

Eu diria que o mesmo não se dá com a narrativa histórica. Como historiador, eu poderia sustentar que, em 1975 — no episódio do registro fotográfico do cadáver de Herzog —, Silvaldo foi involuntariamente envolvido em uma ação violenta, atuando como coadjuvante da repressão, mas ele saiu do episódio bastante prejudicado. Concomitantemente, poderia compartilhar com meu leitor não apenas as evidências empíricas que levantei em prol desse enunciado, mas também os cuidados retórico-formais que mobilizei ao construí-lo. Assim, seria possível apontar o caráter substancial e convincente das entrevistas de Silvaldo e a efetividade do documento que registra sua punição pela Polícia Civil por “descumprimento dos deveres e transgressão disciplinar”.⁸⁵ Também seria cabível alertar o leitor de que evitei a palavra “vítima”, preferindo a expressão “prejudicado”, ou de que minha atitude de acolhimento e empatia em relação a Silvaldo não pressupõe uma total identificação com seu comportamento, desse modo compartilhando minhas inquietações com a audiência.⁸⁶ Nada disso comprometeria a eficácia da narrativa histórica ou, dito com outras palavras, a exposição de nossas cautelas e dúvidas fortalece a objetividade dos enunciados históricos com pretensões de verdade.⁸⁷ Como disse Carlo Ginzburg, a exposição de dúvidas, incertezas e lacunas faz parte da busca da verdade.⁸⁸

⁸⁵ O documento foi localizado pelo repórter Lucas Ferraz. *Folha de S.Paulo*, 5 fev. 2012.

⁸⁶ LaCapra distingue empatia de identificação, definindo-a como “*an opening to the other that is related to transference-implication*” e diz que sua adoção não exclui “*the attempt to take critical distance*”. LACAPRA, Dominick. *History and its limits: human, animal, violence*. Ithaca: Cornell University Press, 2009. p. 198-199.

⁸⁷ Para Jörn Rüsen, a narrativa histórica “*has to express its distraction within the methodical procedures of interpretation as well as in the narrative procedures of representation*”. RÜSEN, Jörn. How to make sense of the past: salient issues of metahistory. *The Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa*, v. 3, n. 1, p. 211, jul. 2007.

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 265.

Em certa medida, já fazemos isso através das citações, das notas de rodapé e das notas explicativas que amparam nosso texto. Trata-se do consagrado procedimento que visa, sobretudo, aos pares tendo em vista a busca de objetividade. Note-se, inclusive, que a narrativa histórica, além de tradicionalmente praticar a intersubjetividade do método ao menos desde o século XIX, algumas vezes também compartilha com o leitor os recursos retóricos que mobiliza através da metalinguagem, como as interpelações ao leitor, o uso de aspas ou os comentários sobre o vocabulário, mas isso tem sido feito pelo historiador de modo episódico e, quase sempre, sem uma consciência plena de seu alcance e função. O que estou propondo é uma espécie de radicalização da intersubjetividade do método e do controle formal do texto tendo em vista o leitor. A realização dessa proposta certamente implica um desafio de escrita, na medida em que não se trata de uma simples transposição do aparato de erudição para o corpo do texto. Essa dificuldade, entretanto, não é de modo algum insuperável.

O “assentimento histórico” de que falava Alessandro Manzoni, quando analisou o romance histórico, equivale à noção de verossimilhança e independe, segundo aquele romanista, de qualquer garantia explícita do autor: “*non fa nulla dal canto suo per avvertirvi che si tratta di persone reali e di fatti reali*”.⁸⁹ Diversamente, no caso da narrativa histórica com pretensões de verdade, usamos notas de rodapé e citações (entre outros aparatos de erudição) para sustentar nossos enunciados — o que fazemos tendo em vista, sobretudo, a comunidade de historiadores. Ora, os episódios traumáticos, os temas tabu ou os assuntos delicados realmente instauram uma hesitação no espírito do leitor (isso sem falar nas correspondentes dificuldades de enunciação que surgem para as vítimas, muitas das quais “descrentes” das próprias experiências, ou nas recorrentes inseguranças de interpretação vividas pelo historiador), hesitação equivalente à que experimentamos diante da literatura fantástica, pois muitas vezes custa a crer que tais episódios tenham realmente ocorrido, ou que uma dada interpretação seja cabível. Por isso, na medida em que dependemos, sobretudo, do juízo daquele para o qual escrevemos, é aconselhável que o historiador amplie o alcance da intersubjetividade do método, dirigindo-se decididamente ao leitor, não apenas através das notas e citações, mas construindo uma narrativa que abranja uma consideração sobre sua própria enunciação.

Poderia parecer que estou propondo a agregação de alguns “pormenores inúteis”, de “notações insignificantes”, para usar as expressões que Roland Barthes mencionou quando tratou do efeito de realidade.⁹⁰ Quando destacou a dimensão preditiva da narrativa, ele lembrou: “*someone says to the hero (or to the reader, it does not matter which): if you act in this way, if you choose this alternative, this is what will happen*”. Analogamente, poderíamos dizer: se você compartilhar comigo as etapas da pesquisa que fiz, provavelmente chegará às mesmas conclusões. Portanto, é como se fizéssemos não uma “*thick description*” dos pormenores da

⁸⁹ MANZONI, Alessandro. Del romanzo e, in genere, de' componimenti misti di storia e d'invenzione. In: MANZONI, Alessandro. *Opere varie*. Milão: Fratelli Rechiedei, 1870. p. 462.

⁹⁰ BARTHES, Roland. *The rustle of language*. Berkeley: University of California Press, 1989. p. 142.

realidade, mas uma narrativa dos eventos que é confiável porque fundada em uma alegação de verdade que não decorre apenas da eloquência do autor, mas de uma adesão às conclusões compartilhada pelo leitor, *vis-à-vis* as etapas da pesquisa que ele, desse modo, pode controlar — tanto quanto nossos pares o fazem. Compartilhando as possibilidades interpretativas que a pesquisa histórica lhe trouxe, bem como, na medida do possível, os recursos retóricos que mobiliza, o historiador praticaria assim uma espécie de contextualização da pesquisa histórica.⁹¹

O tratamento da questão da violência nos regimes militares latino-americanos pelos historiadores permite-nos considerar as complexas implicações éticas, morais e políticas que a tarefa envolve. Enfrentar questões tabu ou delicadas — como a necessidade de crítica à luta armada, do exame do apoio de parte da sociedade às ditaduras ou da percepção de que nem sempre a violência é a melhor chave analítica para o entendimento de regimes políticos autoritários — requer um distanciamento que se impõe a todo tipo de história, mas cuja importância é transcendental no caso da história do tempo presente. Tal exigência de distanciamento não deve ser confundida com a quimérica pretensão de neutralidade do historicismo cientificista do século XIX e, tampouco, pode elidir a necessidade de empatia em relação às vítimas, o que configura o problema do delicado equilíbrio entre distância e proximidade, isenção e envolvimento. LaCapra já mencionou o aparente paradoxo que haveria em uma história objetiva que incluía a subjetividade através da “*empathy as a component of historical understanding*”.⁹²

Se a tarefa de elaboração das memórias traumáticas encontra na história uma colaboração apenas coadjuvante, o seu papel pode ser intensificado através de um diálogo aberto com os leitores, através da radicalização da intersubjetividade do método e do controle formal do texto, compartilhados com a comunidade de leitores e não apenas com a dos pares, através do procedimento que chamei de *making-of* ou *behind the scenes* da história. Há quase 40 anos, desde o chamado “*linguistic turn*”, a suposta fragilidade da narrativa histórica, tendo em vista a sustentação de enunciados com pretensões de verdade, tem sido sublinhada. Entretanto, a narrativa histórica possui uma virtude ainda não suficientemente explorada: ela é especialmente talhada para a consideração dos episódios dolorosos do passado recente.

Artigo recebido em 24 de outubro de 2013 e aceito em 26 de novembro de 2013.

* Doutor em história pela Universidade de São Paulo, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista de produtividade científica do CNPq, nível 1. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: carlos_fico@uol.com.br.

⁹¹ Para um entendimento da contextualização como um processo complexo que inclui os leitores, ver LACAPRA Dominick. *History and its limits*, op. cit. p. 192.

⁹² *Ibid.*, p. 198.